

202100036008031



Agência
Goiana de
Infraestrutura
e Transportes



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº 189/2025 - GOINFRA

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 98/2021- GOINFRA, CELEBRADO ENTRE A GOINFRA E O MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS, REFERENTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTOS ASFÁLTICOS EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS, NESTE ESTADO, NA FORMA ABAIXO:

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES – GOINFRA, autarquia estadual criada pela Lei Estadual n.º 13.550, de 11 de novembro de 1999, **jurisdicionada à Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINFRA, por força do Decreto Nº 10.218, de 16 de fevereiro de 2023 e Decreto Nº 10.569, de 10 de outubro de 2024**, e por força da Lei estadual nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, inscrita do CNPJ sob o n.º 03.520.933/0001–06, com sede na Av. Governador José Ludovico de Almeida, n.º 20 (BR–153, Km 3,5), Conjunto Caiçara, Goiânia–GO, neste ato representada por seu Presidente, **PEDRO HENRIQUE RAMOS SALES, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 2.166.607 – SSP/DF e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 002.080.231-51**, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominada **GOINFRA**.

MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 01.740.455/0001-06, com sede administrativa na Praça do Centro Administrativo, nº 01, Centro, CEP. 73770-000, Alto Paraíso, Estado de Goiás, neste ato representado por seu Prefeito, **MARCUS ADILSON RINCO, brasileiro, portador da cédula de identidade n.º 442.963, expedida pela SSP/DF e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 245.172.161-87**, residente e domiciliado na Rua Francisco Salermo, N° 384, Paraisinho, Qd . 69, Lt. 07, Alto Paraíso, Estado de Goiás, CEP: 73770-000 doravante denominado **MUNICÍPIO**.

01. CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e do Decreto Estadual nº 10.248, de 31 de março de 2023, do Decreto Estadual nº 10.213, de 7 de fevereiro de 2023, do Decreto Estadual nº 10.333, de 23 de outubro de 2023 e demais normas regulamentares